

A GESTÃO DAS REDES DE COOPERAÇÃO EM PROJETOS DE CIDADES CRIATIVAS

Adriana Silva

adrianasilva@ipccic.com.br

IPCCIC – Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais
Doutora

Resumo: Para o IPCCIC, Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais, criado em janeiro de 2013, muitas propostas em busca de transformar as cidades em lugares criativos só serão possíveis por meio da criação de Redes de Cooperação. Essa afirmação tem como base experiência vivenciada no período de 2009 a 2012, na Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto. Composta por pesquisadores de várias instituições de ensino, a Rede possibilitou a realização de parte do inventário de Referências Culturais da cidade. Atualmente, o IPCCIC trabalha na criação de novas Redes com o objetivo de viabilizar vários projetos na área da Economia Criativa. Essencialmente, o Instituto se estrutura como uma Rede de ligações entre os muitos representantes culturais e, em outros casos, entre estes e o poder público.

Palavras-chave: Rede de Cooperação; cidade criativa; política pública.

Management of the cooperation network in creatives cities projects

Abstract: According to IPCCIC – State of São Paulo Institute of Creatives Cities and Cultural Identities, founded in January 2013, many proposals with the aim to transform cities into creative places will only be possible through the creation of cooperation network. This statement is based on experience lived in the period from 2009 to 2012, in the Secretariat of Culture of Ribeirão Preto. Composed of researchers from various educational institutions, the network has made it possible to carry out part of the Cultural References Inventory of the city. Currently, IPCCIC works in creating new networks in order to facilitate various projects in the Creative-Economy area. Essentially, the Institute is structured as a network of connections among the many cultural representatives and, in other cases, between them and the government.

Keywords: Cooperation network; creative city; public policy.

Introdução

O Simpósio Temático “Patrimônio Cultural: reflexões interdisciplinares sobre referências culturais e desenvolvimento”, proposto para acontecer durante o VI Simpósio Internacional de História: Culturas e Identidades, se mostrou muito oportuno para a apresentação de material produzido a partir de várias experimentações na área da Cultura, em especial, as que relatam o trabalho em Redes de Cooperação e o conceito de Cidades Criativas.

Após ter ocupado o cargo de Secretária da Cultura do município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, por quatro anos, de 2009 a 2012, e tendo vivido as relações entre o dever fazer e o poder fazer, permito-me afirmar que o hiato existente entre estas duas condições, com foco nas ações do gestor público, deve ser encurtado a partir da criação de Redes de Cooperação, modelo de atividade que sugere a interdisciplinaridade, a aproximação do Poder Público e dos agentes sociais e a realização de programas, projetos e ações muitas vezes impensáveis senão por meio da cooperação.

O IPCCIC – Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais surgiu como uma proposta de continuidade de um trabalho cultural iniciado dentro da gestão pública, porém, em novo formato. Fundado em janeiro de 2013, especialmente para ser o lugar onde as redes de cooperação se estabelecem, o Instituto tem como objetivo diagnosticar as realidades culturais dos município e atuar na transformação das cidades em lugares criativos mantendo sempre a cultura como matéria-prima do processo de mudança e consolidação.

Para conduzir o leitor, inicialmente serão apresentados alguns referenciais que localizam os conceitos de rede e de cidade criativa, posterior, serão narradas algumas experiências com os dois temas, no caso de rede, a criação da Rede de Cooperação Identidades Culturais e a Rede de Pontos de Cultura, no caso de cidade criativa, uma proposta defendida para o distrito de Bonfim Paulista, pertencente ao município de Ribeirão Preto e, ao concluir, considerações que buscam apontar caminhos para o desenvolvimento da cultura apoiada na Economia Criativa.

Este trabalho se propõe a reunir a experiência do fazer e a da pesquisa, já que esta autora, inicialmente pesquisadora da área da Educação, com estudos em Teoria Crítica, especificamente indústria cultural, se fez, temporariamente, gestora pública em cargo de decisão no setor da cultura. Após 2012, de volta ao campo da pesquisa, como membro do IPCCIC, entidade que tem como principal função estudar as referências culturais das cidades e a partir de pesquisa de diagnóstico propor programas de ação na área da Economia Criativa,

observa-se um encontro de saberes complementado pela multidisciplinaridade dos pares que se somam ao Instituto e a possibilidade de análises sobre as variações metodológicas de gestão que interligam poder público e sociedade organizada. Esta comunicação propõe, com base em um referencial teórico específico, oferecer um relato em primeira pessoa e objetiva fazê-lo de maneira a conduzir o leitor a avaliar como o trabalho cooperado, organizado em redes multi-institucionais, pode contribuir com o fazer cultural, seja na esfera pública ou como atividade dos demais setores da economia.

Redes e Cidades Criativas: a interdisciplinaridade como base

Começaremos por reconhecer o estado da arte do conceito de Rede. O sociólogo espanhol Manuel Castell chamou a atenção do mundo com sua trilogia sobre a “Era da Informação”, tornando-se, segundo o *Social Sciences Citation Index*, o pesquisador mais citado no período de 2000 a 2006. Naquele momento, o tema ainda não dizia respeito a tantos milhões de pessoas.

(...) la historia sólo está comenzando, si por ella entendemos el momento en que, tras milenios de batalla prehistórica con la naturaleza, primero para sobrevivir, luego para conquistarla, nuestra especie ha alcanzado el grado de conocimiento y organización social que nos permitirá vivir en un mundo predominantemente social. (CASTEL, 1999, p.23)

Castell, ao tratar de Rede, o fez com destaque para as novas tecnologias de informação e de comunicação como elementos da reestruturação econômica vivida a partir do final do século XX, começo do XXI, mas seu trabalho alicerça todo um debate sobre este formato de organização social.

C. Rubim, Pitombo e O. Rubim (2005), ao pesquisarem Políticas e Redes de Intercâmbio e Cooperação em Cultura no Âmbito Ibero-Americano alertam que:

Não existe ainda um conceito de rede amplamente aceito e compatível com a diversidade de organizações e contextos em que o termo é utilizado. Embora este seja o tempo das redes, muito pouco conhecimento foi organizado e difundido sobre a morfologia, as possibilidades e os limites dessas novas formas de organização social. Como resultado, muitas redes hoje existentes acabam recebendo outras denominações: fóruns, coletivos, movimentos, consórcios, comitês, articulações são alguns exemplos. O inverso também é verdadeiro: muitas das redes atuais não são nada além de velhas organizações com nova roupagem ou mesmo simples conjuntos de elementos. (RUBIM, PITOMBO, RUBIM, 2005, p. 5).

Para Martinho (2003) a figura da rede é a imagem mais usada para designar ou qualificar sistemas, estruturas ou desenhos organizacionais caracterizados por uma grande quantidade de elementos (pessoas, pontos-de-venda, entidades, equipamentos etc.) dispersos espacialmente e que mantêm alguma ligação entre si, mas também alerta, nem tudo o que apresenta estes três aspectos – quantidade, dispersão geográfica e interligação – é rede. Para exemplificar ele explica que um comércio com uma loja matriz e várias filiais, organizadas de maneira hierárquica, com elevado grau de subordinação poderia ser chamada de “rede”, mas não passa de uma organização tradicional em forma de pirâmide, com uma base muito ampla.

Ao fazer esta constatação, Martinho lamenta os muitos equívocos afirmando que essa confusão na definição de Rede fragiliza seu verdadeiro poder criador de ordens novas e seu caráter libertador.

Quando tudo é rede, estruturas velhas e novas, modos convencionais e modos inovadores de fazer, estratégias de opressão e estratégias de libertação confundem-se sob uma pretensa mesma aparência. Se não puder estabelecer algumas distinções, o conceito de rede deixa de ter sentido e passa a não servir para nada (MARTINHO, 2003, p.23).

Martinho iniciou seu estudo sobre Rede a partir das leituras do físico Fritjof Capra, autor de “A Teia da Vida”, de quem, ele carrega a afirmação de que onde quer que se encontre sistemas vivos – organismos ou comunidades de organismos, pode-se observar que os componentes estão arranjados à maneira de Rede. Sobre Castell, Martinho afirma não se tratar de um defensor da Rede como sistema de organização, mas um analista que apresenta uma série de alertas quanto à possibilidade da trama dos fluxos de capitais e informação se configurar em um estágio ultra-avançado do capitalismo.

Por outro lado, tomando por base a Globalização, as Redes podem se apresentar como a rota de fuga do capitalismo ultra-avançado sugerido por Castell. É nisso que acredita Martinho (2005) ao concluir que as redes tornaram-se a principal forma de expressão e organização coletiva, no plano político e na articulação de ações de grande envergadura, de âmbito nacional ou internacional, das ONGs e dos novos movimentos sociais.

Em seu estudo sobre Rede, ainda se utilizando das contribuições de Capra, Martinho nos convida a entender outro termo comum aos que atuam neste cenário de cooperação. Trata-se do conceito horizontal. Capra afirma em seus escritos que não existe hierarquia na natureza. Embora não possa ser afirmado o mesmo quanto às sociedades humanas, a horizontalidade é uma meta dos grupos que se organizam em rede.

Fachinelli e Moinet (2000), mostram a necessidade de se estabelecer critérios para definir o que verdadeiramente se configura como Rede. Segundo os dois, para que a rede ganhe corpo, é necessário que um projeto concreto, coletivo, voluntário, proporcione uma dinâmica específica às relações pré-existentes. Além disso, para adquirir uma dimensão estratégica, uma rede deve interagir com o campo de ação no qual ela se inscreve.

A rede deve dotar-se de uma realidade operacional. Esta repousa sobre a capacidade dos animadores de conferir-lhe: meios práticos de ação como material, local, orçamento, sistema eletrônico de comunicação; uma cultura de funcionamento considerando-se algumas regras, ética, repartição de papéis; recursos à trocar como informações, influência, conhecimentos, disponibilidades, agendas de endereços (FACHINELLI; MOINET, 2000, p.72).

Para convidar o público a participar do evento de inauguração da Casa das Redes, em Brasília, ocorrido nos dias 18, 19 e 20 de junho de 2013, os integrantes do coletivo Fora do Eixo, movimento criado em 2008 por agentes da cultura que entendiam-se fora do circuito comercial dos grandes centros, elaboraram um convite digital, em que definem:

As redes são formas de organizações sociais que melhor representam as dinâmicas socioculturais configuradas nesta primeira metade do século XXI. Suas práticas **articulam políticas** desenvolvidas a partir de **laboratórios produtivos**, que geram tecnologias sociais e **processos sustentáveis** em torno de organizações e pessoas envolvidas (e-mail recebido pela pesquisadora, 10/06/2013. Grifo mantido do original).

No mesmo material digital, eles escrevem que:

a Casa das Redes é um espaço colaborativo que desenvolve ações e tecnologias sociais visando a potencialização e o fortalecimento das redes socioprodutivas de todo Brasil e de outros países da América Latina. Trata-se de um ambiente de confluências entre redes, grupos e interessados em processos de colaboração cultural, de trocas de saberes, compartilhamento de experiências e construção de metodologias (op. cit.)

Em especial, no universo da política, Fleury e Ouverney (2007), citando Börzel (1999) ressaltam que as explicações teóricas sobre as redes de políticas podem ser divididas em duas correntes distintas, ainda que não mutuamente excludentes: a escola da intermediação de interesses e a escola de governança.

Para alguns autores, ainda segundo Fleury e Ouverney, as redes são uma ferramenta útil para explicar a união de atores interdependentes, enquanto para outros a inovação estaria no deslocamento do objeto da análise, passando-se do ator individual ao padrão de vínculos e

interações como um todo.

Nossa experiência, a ser narrada em tópico a seguir, tem como solo fértil toda a trajetória do conceito de rede. O aprimoramento do modelo foi vivenciado ao longo do período de quatro anos, desde a implantação, no município de Ribeirão Preto, das duas Redes nesta comunicação analisadas; Identidades Culturais e Pontos de Cultura.

É proposta também deste texto, apresentar uma variação do modelo de rede para a aplicabilidade do projeto de transformação das cidades em espaços criativos. Para tanto, se faz necessário contextualizar o termo Cidade Criativa que surge como uma derivação do conceito de Economia da Cultura, inicialmente empregado, em 1988, na Austrália, mas que tem como representativo difusor, o jornalista Britânico John Howkins. A Inglaterra se fez o berço da Economia Criativa, a partir da atuação de Chris Smith e da política de “New Labour” de Tony Blair. Para Howkins (2001), o divisor de águas da Economia Criativa é o potencial de gerar direitos de propriedade intelectual, expandindo sua abrangência dos direitos autorais para desenhos industriais, marcas registradas e patentes, ou seja, toda ação resultante do processo criativo.

É importante indicar que existem pontos de intersecção entre as duas propostas; Economia e Cidade criativas, mas embora todas as ações da Economia Criativa favoreçam a cidade, nem todas as proposta que objetivam transformar uma cidade em lugar criativo se apresenta metodologicamente como uma ação de Economia. Isso significa afirmar que é possível planejar uma cidade criativa com práticas desassociadas à economia. Esta ressalva se justifica, neste momento, somente para situar o leitor quanto às modalidades do tema. Para entender Cidade Criativa, no entanto, é mais apropriado fazê-lo a partir de uma breve imersão ao universo da Economia, que para o IPCCIC, se apresenta como o meio que pode viabilizar as propostas criativas de uma cidade.

Para melhor estabelecer a base deste novo conceito, optamos, nesta comunicação, por oferecer dados disponibilizados pelo universo acadêmico, econômico e político a fim de estabelecer relações entre os conceitos de Cidade Criativa, Identidade Cultural e as políticas públicas, propondo um entendimento de como a união de práticas criativas podem fortalecer a economia, em especial, com a criação de emprego e renda local, reconhecer as referências culturais, dinamizar o setor artístico e criar possibilidades concretas para o acesso aos direitos culturais.

Segundo dados da Organização Mundial do Comércio – OMC, em 2006, a Inglaterra apresentava o maior crescimento na área, com taxa de 8% ao ano, além de participação de 8,2% no PIB e 6,4% da força de trabalho empregada. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), realizada em 2006, definiu-se que a Economia Criativa tem o potencial de fomentar o crescimento econômico, a criação de empregos e os ganhos de exportação, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

Richard Florida e Irene Tinaglia (2010), professores da Carnegie Mellon University, em Pittsburg, realizaram, no ano de 2005, um trabalho que indica existir uma relação positiva e crescente entre economia criativa e produtividade. Dos 45 países pesquisados por eles, o Brasil ficou em 43ª posição, na frente apenas da Romênia e Peru e atrás da Argentina, México, Chile e Uruguai. A partir de alguns cruzamentos de dados desta pesquisa é possível inferir que há uma forte relação entre criatividade e produtividade, pois os 10 primeiros países com maior índice de produtividade são também os que mais investem em Economia Criativa.

A UNESCO divulgou, em 2005, que apenas três países: Reino Unido, Estados Unidos e China, produzem 40% dos bens culturais comercializados no mercado mundial, incluindo livros, esculturas e outros objetos de arte e decoração, CDs, filmes, videogames. África e América Latina participam nesse mercado com 4%. Para a entidade, conforme publicação de 2005, desenvolvimento é o processo de ampliação das escolhas. Com base nisso, nos países africanos e latino americanos, onde a exclusão social tem uma relação forte com os índices de criminalidade e há uma dificuldade evidente em alocar a mão de obra pouco qualificada em atividades urbanas, ampliar as escolhas no setor cultural pode atrair jovens de baixa renda e pouca escolaridade por meio de programas de qualificação e geração de primeiro emprego.

Meleiro e Fonseca (2012) afirmam que embora os países emergentes e em desenvolvimento consigam ter participações expressivas em áreas específicas, ainda há um vasto território inexplorado de possibilidades, que podem ser objeto de políticas públicas, concebidas e implementadas num ambiente de cooperação internacional, especialmente a chamada Cooperação Sul-Sul.

Ainda segundo esses autores, entidades como o Convênio Andrés Bello, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização dos Estados Ibero americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), o Centro Regional para a Promoção de Livros na

América Latina e no Caribe (CERLALC), o PNUD, a UNESCO e a UNCTAD desenvolvem uma série de estudos visando subsidiar programas públicos de desenvolvimento desta economia. Alguns desses estudos mostram que gradualmente vem crescendo a oferta de dados estatísticos do segmento na região, como consequência de uma maior determinação política dos governos em promover iniciativas no setor. As economias mais desenvolvidas, como Brasil, Argentina, México, Colômbia e Chile, têm concentrado os maiores esforços nos últimos anos, o que vem pouco a pouco se espalhando para os países vizinhos.

A Argentina tem protagonizado um grande incremento de sua indústria do cinema e audiovisual, onde também se inclui a produção publicitária, adotando uma estratégia que tem se mostrado vitoriosa, que contempla o fomento da produção nacional a partir de uma taxa para exibição de produções estrangeiras, com intermediação técnica do INCAA – Instituto Nacional de Cine e Artes Audiovisual – instituição amplamente legitimada pela comunidade cinematográfica local. Não por acaso, a cinematografia e, de modo geral, a indústria do cinema e audiovisual da Argentina atualmente é respeitada em todo o mundo, sendo reconhecida por muitos como a mais importante da América Latina (MELEIRO & FONSECA, 2012, p. 44).

No Brasil, as iniciativas são concentradas em movimentos específicos como os localizados nas cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de algumas capitais do Nordeste. Ações da sociedade organizada, como o projeto Criaticidade, que concentra informações sobre o tema, difunde experiências e realiza ações pontuais quando apoiados por outras instituições, com destaque para a atuação da economista e urbanista Ana Carla Fonseca Reis, mantêm o tópico em debate.

A partir de uma proposta do Governo Federal, desde 2011 o assunto foi incorporado ao Ministério da Cultura, que criou, em 2012, uma Secretaria específica para o acompanhamento e estruturação do assunto.

A novidade dos conceitos provoca incertezas e muitas dúvidas, em especial, quanto à sua abrangência. Tendo o elemento “desenvolvimento regional” como um pilar da proposta da Economia Criativa, Arjo Klammer, professor da Erasmus University Rotterdam, durante curso oferecido na Faculdade de Economia, da Universidade de São Paulo, de Ribeirão Preto, em agosto de 2012, deixou implícita a permissão de variação conceitual a partir das especificidades do local.

A Inglaterra foi o primeiro país a definir as áreas empreendedoras compreendidas em uma proposta de Economia Criativa, mas isso não limita releituras locais, permitindo, desta

forma, que o Brasil tenha sua própria lista de empreendimentos vinculados às Ações e Indústrias Criativas.

Para melhor compreensão, faz-se necessário traçar uma linha diferencial entre a Inglaterra, primeiro modelo, e o Brasil. Para os ingleses, conforme difundido pelo Ministério de Economia Criativa, criado em 1997, são indústrias criativas aquelas que têm na sua origem a criatividade e individualizam habilidades e talento, e que tenham habilidade para produzir riqueza por intermédio da propriedade intelectual (DCMS).

No Brasil, o conceito foi apresentado em documento publicado pelo MinC. Na cartilha que delineia o Plano da Secretaria da Economia Criativa, depois de uma longa introdução sobre a necessidade de pensar o termo a partir da brasilidade desejada, definiu-se como sendo setores criativos todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica e a Economia Criativa é definida com foco nas dinâmicas culturais, sociais e econômicas, construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica.

O programa de Economia Criativa Britânico compreende como atividades motrizes: Arquitetura, Arte e antiguidades, Jogos de computador, Artes, Design, Moda, Cinema e Vídeo, Música, Espetáculos de arte, Editoração e publicações, Software e TV e Rádio. Estas atividades respeitam os critérios de sua definição exposta acima, mas também de relevância econômica para o Reino Unido – vale destacar a importância de “antiguidades” (abrangendo leilões e feiras de arte), de menor importância para o caso brasileiro.

O Brasil, para definir o escopo dos setores criativos, se pautou nas contribuições apresentadas pela Unesco, em 2009, e a partir delas, elencou as atividades a serem compreendidas pelas políticas públicas do governo: no campo do patrimônio – patrimônio material, imaterial, arquivos e museus. Na área das expressões culturais – artesanato, culturas populares, culturas indígenas, culturas afro-brasileiras e artes visuais. Nas artes de espetáculos – danças, música, circo e teatro. No campo do audiovisual e do livro, da leitura e da literatura – cinema e vídeo, publicações e mídias impressas. Nas criações funcionais – moda, design, arquitetura e arte digital.

O pensamento do BNDES, que também possui setor específico para avaliações e incremento de projetos criativos, foi expresso pelo seu presidente, Luciano Coutinho, em 2012.

Hoje se reconhece que quanto mais denso, diverso e rico o conteúdo cultural de uma sociedade, maiores as suas possibilidades de desenvolvimento. O vigor das manifestações culturais mais enraizadas permite sua preservação e difusão e pode representar uma significativa alternativa de inclusão produtiva, seja pelas oportunidades de criação de emprego e renda, seja pela ampliação do acesso e da qualificação desses serviços. Em consonância com o Plano Brasil sem Miséria, destaque-se, ainda, a capacidade de estimular o desenvolvimento de outras atividades produtivas associadas às atividades culturais. Estes atributos são particularmente importantes em países como o Brasil, de vastas riquezas e diversidade natural, patrimonial e cultural, fruto de um território de dimensões continentais e da fusão de múltiplas etnias. (COUTINHO, Plano da Secretaria da Economia Criativa, 2012, p. 09).

Em relação à trajetória dos pensadores econômicos brasileiros, Celso Furtado, que foi Ministro da Cultura, entre 1986 a 1988, já abordava a relação entre criatividade e economia em seu texto “Criatividade e Dependência na Civilização Ocidental”:

[...] as sociedades necessitam de meios de defesa e adaptação, cuja eficácia reflete a aptidão de seus membros para formular hipóteses, solucionar problemas, tomar decisões em face da incerteza. Ora, a emergência de um excedente adicional abre aos membros de uma sociedade um horizonte de opções; já não se trata de reproduzir o que existe, e sim de ampliar o campo do que é imediatamente possível [...] O novo excedente, constitui, portanto, um desafio à inventividade... Em sua dupla dimensão de força geradora de novo excedente e impulso criador de novos valores culturais, esse processo libertador de energias humanas constitui a fonte última do que entendemos por desenvolvimento (FURTADO, 2008, p.5).

Por fim, após breve contextualização da Economia Criativa, retomamos Reis (2011), para quem talvez a maior contribuição de toda esta questão que envolve a economia e a cidade criativa, seja perceber que, no âmago de tudo, reside a capacidade criativa do ser humano.

Com isso, abrem-se as portas para o surgimento de novas soluções, de novas profissões e de novos desenhos de urbanos, transformando nossas cidades fragmentadas em espaços mais convivíveis e alinhavando tecidos sociais esgarçados (REIS, 2011, p.2).

Algumas experiências que fortalecem a ideia de gestão por Rede

A Rede de Cooperação e Identidades Culturais foi criada em Ribeirão Preto em 2009, dentro da Secretaria Municipal da Cultura, para dar conta de uma demanda reprimida: a realização do inventário das referências culturais da cidade. A ideia de implantação da Rede

surgiu como resposta à falta de pessoal técnico de formação multidisciplinar no poder público para a realização do inventário. A base conceitual do trabalho, um problema também naquele momento, se resolveu por meio de um convênio firmado com o Iphan – Instituto do Patrimônio, Histórico, Artístico Nacional que forneceu a metodologia do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais e disponibilizou a presença de duas técnicas do órgão para qualificar, semestralmente, toda a equipe.

Para compor a Rede foram convidadas instituições de ensino superior, pública e privadas, entidades organizadas e empresas. A aceitação mostrou que a proposta seguia o caminho correto. Com um calendário de atividades estruturado dentro das possibilidades dos pesquisadores, que destinavam 20 horas/aulas mensais ao projeto, foram criados grupos de trabalho específicos com demandas delineadas pela coordenação realizada por técnica da Secretaria da Cultura.

A cada doze meses de atividade a Rede gerava um relatório com informações que eram divulgadas para a comunidade por meio de eventos de entrega do documento, difusão por mídias eletrônicas e impressão de material especialmente distribuído aos envolvidos e à imprensa. Uma coleção de livros formada por 12 obras foi publicada no período de três anos e outras duas publicações mais abrangentes resumiram os principais apontamentos das pesquisas realizadas. Os dados gerados nos relatórios eram assimilados aos programas políticos da prefeitura. Um exemplo para ilustrar, foi a liderança da Secretaria da Cultura no programa de revitalização do centro da cidade. Todo o projeto para esta ação tomou como base as contribuições apresentadas pelo inventário realizado na região. Assim como o trabalho de diagnóstico das potencialidades culturais do distrito de Bonfim Paulista.

A composição da Rede sofreu alterações ao longo do processo, mas um núcleo duro de doze profissionais se manteve durante os três anos analisados. Como agente deste projeto, hoje avaliadora da experiência, concluo que as atividades praticadas em defesa do patrimônio material e imaterial de Ribeirão Preto, em especial, na forma de registro, não teria se viabilizado sem a formação da Rede. O trabalho dos pesquisadores, professores universitários, o financiamento da iniciativa privada e a atuação do poder público foram elementos indissociáveis da iniciativa.

Outro exemplo de formação de Rede no mesmo período foi a Rede de Pontos de Cultura. Um convênio entre a Secretaria da Cultura e o MinC financiou a seleção por meio de

edital e manutenção de dez Pontos de Cultura e um Pontão durante três anos. Com um valor repassado de R\$ 60 mil reais por ano aos Pontos e R\$ 175 mil ao Pontão, as entidades se organizaram para o cumprimento de uma agenda de projeto que gerou uma ação em rede permitindo troca de experiência, formação colegiada, compartilhamento de infraestrutura, realização de atividades coletivas, formação de plateia a partir da interação das entidades, consciência crítica sobre os direitos e os deveres dos agentes culturais, já que após o recebimento, tinham todos que cumprir um calendário e fazer a prestação de contas.

Ao longo do programa uma entidade foi desconveniada por uso indevido dos recursos, outra precisou devolver quantia aplicada fora da programação e até mesmo estes desconfortos de gestão serviram para o aprimoramento dos grupos envolvidos.

O programa foi criado pelo Governo Federal e desde a saída do presidente Lula segue ameaçado quanto à sua manutenção. Os problemas de variação de nível de formação entre as entidades contempladas sugere uma desqualificação, assim como ocorreu em Ribeirão Preto, mas o programa, ao propor ação em rede, fortalece as relações nos municípios, permite a descentralização das atividades culturais, troca o lugar o protagonista, que até pouco tempo era totalmente centralizado indevidamente no poder público e, muito importante, possibilita a chegada da cultura em áreas periféricas, muitas vezes desprovidas de ofertas culturais.

Novamente sem a formação deste modelo de gestão em rede, os resultados alcançados não se viabilizariam. Publicações realizadas a cada ano desde a formação da rede dão conta da dinâmica alcançada, da produção cultural realizada e o diagnóstico mais conveniente, o apoderamento das informações levando ao empoderamento da cultura, fato que permitiu que muitas das entidades se consolidassem como proponentes em outros programas dos entes federativos e concebessem formatos próprios de sustentabilidade.

Estes exemplos devem ser considerados como propostas diferenciadas do fazer cultural e balizarem outras iniciativas como então se faz dentro do IPCCIC, que ao experimentar a gestão em rede se consolida como entidade fomentadora do modelo. Seus técnicos conciliam a experiência a uma nova expertise, a da Cidade Criativa, para agir mediante à missão delineada. Ainda que embrionária, a proposta de criação de um programa de Economia Criativa para proteger o patrimônio cultural e dinamizar o distrito de Bonfim Paulista, mostra-se atrelado à gestão de rede. A cooperação tem sido apresentada como estratégia que capacita grupos a partir das trocas multidisciplinares praticadas, torna possível

ações realizadas por muitos cidadãos que, individualmente, qualquer agente social não concretizaria e cria ambientes mais propícios à criatividade e à inovação.

As potencialidades não dinamizadas do distrito de Bonfim Paulista diagnosticadas pela pesquisa são as características rurais que dão lugar a excelentes propostas de atividades do turismo ecológico, gastronomia e a preservação da história do homem cancionista. Tratam-se de possibilidades que incrementam a Economia e que estão vinculadas à criatividade, mas também se referem à propostas que certamente são mais viáveis se realizadas em formato de cooperação atingida por meio da implantação de redes de interesse comum.

Considerações finais

O texto apresentado sugere um movimento. Começa ao narrar as atividades praticadas na Secretaria da Cultura do município de Ribeirão Preto, no período de 2009 a 2012 e segue com a criação do IPCCIC, Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais, em 2013. O comum entre estas duas iniciativas é o envolvimento de vários atores sociais semelhantes, a defesa de alguns pressupostos, como a certeza de bons resultados de ações cooperadas, mas, especificamente o que mais interessa nesta narrativa sequencial é o aprendizado continuado apesar das variações de modelos de gestão.

O grupo que conduz as diretrizes do Instituto se formou a partir de convivência adquirida na Secretaria da Cultura. Sem qualquer predisposição à rivalidade, muito diferente disto, com toda a preocupação aparente de continuidade, o IPCCIC surge como alternativa de não rompimento de proposta exitosa praticada pelo governo em outro momento. O sucesso pode parcialmente ser medido com a publicação do livro Paisagem Cultural do Café, em agosto de 2013, que reuniu os resultados das pesquisas da Rede de Cooperação Identidades Culturais e, por meio de elaboração de projeto aprovado no Proac – Programa de Apoio à Cultura do Governo do Estado de São e captação de recursos via ICMS viabilizou estratégica e financeiramente a difusão dos resultados.

O material, disponibilizado também pela internet, deixa aparente o mesmo movimento observado nesta comunicação. Ele tem como abertura texto que apresenta a Rede e uma conclusão que sugere a manutenção desta e a criação de novas redes como alternativa para a consolidação de uma Ribeirão Preto Criativa.

Ao concluir, convidamos o leitor a sempre que diante de uma bifurcação entre o fazer e o não fazer considerar as possibilidades de um trabalho em rede. Definitivamente este é um modelo que materializa uma frase usada no mundo do designer em que se afirma que juntos somos todos mais inteligentes do que qualquer um de nós sozinho.

Referências

BÖRZEL, T.A. Qué tienen de especial los policy networks? Explorando el concepto y su utilidad para el estudio de la gobernanación europea. 1977. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es/webredes/textos/policynet.pdf> acesso em maio de 2013.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARMO Jr., J. Aldo do; MORAES, Júlio Luchesi. How magic is Cinema? Assessing the effects of the artistically successful cinema cluster in Paulínia, Brazil. ACEI – Association for Cultural Economics International. 2012. Disponível em: <http://www.regionalstudies.org/uploads/RSAL_2012_Moraes_Final.pdf>. Acesso em: 04 set. 2013.

CASTELLS, Manuel. *La Era de la información: economía, sociedad y cultura. Vol. I La sociedad red*. Tradução: Carmen Martínez Gimeno. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado. Unicamp. 2007.

DIAS, Reinado; Matos, Fernanda. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: Unesp, 2005, p. 204.

FACHINELLI, Ana Cristina & MOINET, Christian Marcon Nicolas. A prática da gestão de redes: uma necessidade estratégica da Sociedade da Informação. 2000. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/socinfo/info14.htm> Acesso em 01 de junho de 2013.

FLEURY, Sonia; OUVÉNEY, Assis Mafort. Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa**. Tradução de Ana Luiza Lopes. Porto Alegre: L&pm Editores. 2010.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Revista Planejamento e Políticas Públicas, Brasília: IPEA. Número 21, junho de 2000. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158> Acesso em 01 de julho de 2013.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000

HOWKINS, John. The Creative Economy. USA: Penik, 2001.

KRAMEL, Arjo. Value of Culture. Michigan University. 1997.

MARTINHO, Cássio. Redes uma introdução às dinâmicas da conectividade e auto- organização. Brasília: Editora WWF Brasil, 2003.

MELEIRO, Alessandra & FONSECA, Fábio. Economia criativa: análise setorial. **Revista Nêmero**. 2 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.pragmatizes.uff.br>>. Acesso em: 20 ago 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa** – Políticas, Diretrizes e Ações – 2011 a 2014. Disponível em: www.minc.gov.br>. Acesso em: 02 set. 2013.

OLIVEIRA, Zita. <http://www.webartigos.com/artigos/economia-criativa/4662/#ixzz23zd1FWeW>. Acesso em 16/03/2013.

PASSADOR, C. S.; FERREIRA, V. da R. S.; PASSADOR, J. L. Produção acadêmica sobre redes no Brasil. In: XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Anais... Gramado, out. 2006.

PASSADOR, J. L.; CUNHA, J. A. C. da. A formação de alianças e redes interorganizacionais. In: PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L. (orgs). Gestão Pública e desenvolvimento no século XXI. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

REDE de Cooperação Identidades Culturais. Blog oficial. Disponível em: <<http://redeidentidadesculturais.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

REDE de Cooperação Identidades Culturais. **Relatório Fase 1 do INRC**. 2010. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/relatorio.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

REIS, Ana Carla Fonseca Org. **Economia criativa**: como estratégia de desenvolvimento : uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo. Itaú Cultural, 2008.

____ **Cidades Criativas** – soluções inventivas – O papel da Copa, das Olimpíadas e dos museus internacionais. Garimpos de Soluções e Fundarpe, São Paulo, 2010.

____ Cidades Criativas: burilando um conceito em formação. Revista Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte. N.01, abril de 2011. Disponível em www.revistaiara.com.br/arquivos/noticias/arquivos/183/anexos/PDF.pdf - Acesso em 20 de setembro de 2013.

____ **Cidades Criativas** – da teoria à prática. SESI SP Editora.2012.

RUBIM, Antonio Albino Canellas, PITOMBO, Mariella & RUBIM, Iuri Oliveira. Políticas e Redes de Intercâmbio e Cooperação em Cultura no Âmbito Ibero-Americano, 2005. Disponível em http://www.cult.ufba.br/arquivos/cult_politicas_e_redes.pdf acesso em 01 de junho de 2013.

SANTOS-DUISENBERG, E. Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável? In: REIS, A.C.F. (org.). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. Tradução Hermílio Santos. Civitas, Porto Alegre, v. 5, 2005. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/33/1605>. Acesso em março de 2013.

SERAFIM, Milena Pava; DIAS, Rafael de Brito. Análise de Política: uma revisão da literature Policy Analysis: a review. Cadernos Gestão Social – Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – Rede de Pesquisadores em Gestão Social. Volume 3, janeiro a junho de 2012.

SILVA, Adriana.; ROSA, Lilian R. O. (orgs.) **Patrimônio Cultural do Café da terra vermelha**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012b.

SILVA, Adriana; ROSA, Lilian R. O.; SILVA, Michelle C. C. et al. Projeto Paisagem Cultural do Café: experiências com a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). **Labor & Engenho**, Campinas [Brasil], v.6, n.2, p.77-96, 2012a. Disponível em: <www.conpadre.org> e <www.labore.fec.unicamp.br>. Acesso em 12 jun. 2013.

SMCRP – Secretaria Municipal da Cultura de Ribeirão Preto. **Programa Café com Açúcar**. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/i14cafe_acucar.php>. Acesso em 10 set. 2013.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. **The Creative Economy Report**. 2008. Disponível em: <www.unctad.org/en/docs/ditc2008cer_en.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

UNESCO Institute for Statistics – Internacional Flows of Selected Cultural Goods and Services, 1994-2003. **Defining and Capturing the Flows of Global Cultural Trade**. Montreal: 2005. Disponível em: <www.uis.unesco.org/template/pdf/cscl/Intl_Flows_EN.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.